

**CONSCIÊNCIA HISTÓRICA,
PRÁXIS E CULTURA.
A PRÓPOSITO DA TEORIA DA
HISTÓRIA DE JÖRN RÜSEN**

Estevão de Rezende Martins
Universidade de Brasília
Humboldt Fellow

Resumo: *Consciência histórica, práxis e cultura.* A concepção da história desenvolvida pelo historiador alemão J. Rüsen inclui uma dimensão filosófica fundante: a cultura histórica. Seu sentido é o de oferecer o "meio ambiente" no qual a razão elabora sua identidade temporal própria, inserida no contexto social em que o agente racional humano opera sua práxis autodeterminante. Esse agente é igualmente co-produtor dessa cultura, em cujo bojo se processam as funções de orientação existenciais que norteiam tanto a atribuição de sentido ao acontecer no espaço e no tempo como a pragmática individual e social. Com convincentes argumentos, potencia a *Historik* de Rüsen a razão histórica, programa da modernidade em contínuo realizar-se.

Summary: *Historical consciousness, praxis and culture.* The conception of history developed by the German historian J. Rüsen includes a founding philosophical dimension: the historical culture. It aims to create an "environment" in which the reason produces its own temporal identity, put in the social context where the human rational agent does act in his self-determining praxis. Such an agent is also a co-producer of this culture, in which the existential functions of orientation operate both the attribution of sense to the happening in time and space and the individual and social pragmatics. With convincing arguments Rüsen's *Historik* enforces the historical reason, as the proper programme of modernity in continuous process of achievement.

A busca e a fundamentação de sua própria identidade é uma constante histórica da reflexão de todo agente social, seja ele indivíduo, seja grupo. Num mundo em processo acelerado de transformações políticas, econômicas e sociais, como é o mundo deste último quartel do século XX, torna-se indispensável identificar os contornos temporais e estruturais da consciência pessoal e coletiva que embasa o discurso e a ação dos homens de hoje, na perspectiva da longa duração. Decerto refere-se a expressão “hoje” não apenas ao período atual, mas inclui também uma referência transtemporal à circunstância — típica da razão moderna — de que, a cada fase de sua evolução histórica, o agente racional humano esforça-se por estabelecer, para si e para os demais, o vetor histórico de sua existência e de seus condicionamentos.

Na medida em que a elaboração de um contexto abrangente (origens, condições políticas, econômicas, sociais e culturais, áreas de influência, possíveis efeitos da ação intencional em qualquer campo da atividade, eventual influxo sobre pessoas e grupos com os quais se entra em contato, etc.) do processo histórico em que o agente se insere (ou quer ver-se inserido) fornece a moldura consciencial e social de sua identidade, o sujeito considera-se liberado — ao menos intelectualmente — de sua própria circunstância, ao menos enquanto torna-se (ou convence-se razoavelmente de que se torna) senhor dessa circunstância, pela análise racional e pela ação prática.

Em que consiste, principalmente, essa circunstância? Como pensa ter-se dela assenhoreado o agente racional humano? À primeira afirmação deve-se alinhar, como esboço de resposta, que o contexto temporal do sujeito inclui o complexo de condições históricas que fazem da sociedade e do homem o que eles são objetivamente. Essas condições são estudadas cientificamente pelos próprios sujeitos, de acordo com modelos considerados suficientemente testados para serem dignos de confiança. Os resultados obtidos são codificados, segundo regras, em “corpora científica”. É justamente pela elaboração das regras e pela convicção fundamentada de que as regras por ele estabelecidas correspondem (ou aplicam-se) à realidade tida por inelutavelmente objetiva que o agente racional humano julga tornar-se seu senhor e mestre. Não resta dúvida de que há um forte componente psicossocial no processo científico de dominação da realidade, ao menos no que diz respeito às consagradas ciências sociais.

O sujeito revestido da competência científica, reconhecido socialmente como integrante da corporação dos novos “magos da razão” — como parece ser corrente escrever, no debate pós-

-modernista acerca da pretendida falência da mesma razão — arvora-se em atribuidor de sentido e, por assim dizer, infunde “história” àquilo que, inicialmente, não passa de um amontoado de evidências empíricas desconexas. Tal tarefa vem a ser realizada no interior do mecanismo metodológico próprio à república das letras, o que poderia confortar a impressão, bastante difundida, de que “ciência” é misterioso assunto de especialistas inacessíveis. Parcialmente, contudo, nem toda ciência é assim tão misteriosa. E, no caso das ciências sociais, especialmente no da ciência histórica (ou simplesmente “História”, como é corrente empregar em português), o que se obtém cientificamente, ao cabo de laboriosas pesquisas, toca diretamente a corda da identidade pessoal e social dos sujeitos. Essa corda é tangida em diferentes diapasões, como se se tratasse de círculos concêntricos: a circunstância imediata do(s) sujeito(s) (história regional, história setorial), seu contexto mais amplo (história social, história política, história nacional, história etnológica, história das mentalidades, etc.) ou ainda sua inserção abrangente no(s) processo(s) planetário(s) (história econômica, história das relações internacionais, história do imperialismo/colonialismo, etc.). Há trabalhos que atravessam todos ou apenas alguns ou ainda um único círculo. Cada procedimento empregado tem sua razão de ser, que busca ser reconhecida e admitida, racionalmente, pelo interlocutor do autor. Em se tratando de uma atividade que aborda, pois, em perspectiva histórica, questões relativas à identidade pessoal e coletiva, sem necessariamente exigir de todos e de cada um a habilitação científica que se requer do autor, os trabalhos que produzem história estão carregados de intenção pragmática genérica, cuja plausibilidade (ou seja: cujo grau de eficácia, para convencer os interlocutores) repousa sobre a competência científica ou remete a ela.

É certo que a questão da identidade coletiva e/ou pessoal não é domínio reservado da história. Outras especialidades ocupam-se dela. Somente a história, contudo, inclui a perspectiva da longa duração e a integração sistemática de conjuntos articulados de condições e circunstâncias. A produção historiográfica dos últimos cinquenta anos e o recurso contínuo à história (em particular no discurso político) demonstram-no sobejamente. É justamente a tessitura que sustenta essa historiografia competente e pragmática que interessa o espírito crítico e analítico de Jörn Rüsen em sua trilogia sobre teoria da história, cujo terceiro e último volume acaba de ser publicado: *História viva. Esboço de uma Teoria da História III: Formas e Funções do Saber Histórico (Lebendige Geschichte. Grundzüge einer Historik III: Formen und Funktionen des historischen Wissens. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1989, 149 pp.)*.

Professor de História na Universidade alemã de Bielefeld desde maio de 1989 (anteriormente era catedrático em Bochum), Rüsen aborda nesse trabalho as formas e funções do saber histórico, arrematando um tríptico de grande fôlego, cuja publicação começou em 1983, com um primeiro volume sobre a *razão histórica*, e levada adiante com o livro de 1986 sobre a *reconstrução do passado*¹.

Para o vivo debate que envolve a questão epistemológica da cientificidade da história e a questão filosófica da historicidade da razão contemporânea, as pesquisas de Rüsen e os resultados por ele obtidos são fundamentais e indispensáveis. De todos os membros de um ativo grupo de pesquisas que reuniu, na Alemanha, de 1973 até 1989, historiadores, filósofos, sociólogos e politólogos, dedicado a dissecar atentamente a questão da história², Rüsen é o único a apresentar um sistema moderno, abrangente e, a meu ver, coerente de teoria da história. Não resta dúvida de que a produção do grupo de trabalho (seis volumes) tornou-se obra de referência, no mundo contemporâneo, para qualquer estudioso da teoria e da metodologia da ciência histórica. Em 1989 saiu o sexto volume, organizado por Karl Acham e Winfried Schulze, marcado pela amplitude filosófica da problemática relativa ao "todo" e à "parte". Esse volume completa um ciclo que ao mesmo tempo especializou-se e estendeu-se, numa demonstração do duplo aspecto que caracteriza a história: sua especificidade científica e sua abrangência racional. Da questão acerca da objetividade e do partidarismo na ciência histórica passou-se à dos processos históricos, à da teoria e narrativa na história, à das formas da historiografia e, em 1988, à questão do método histórico. Entre esses trabalhos e os de Rüsen subsiste uma relação de dependência mútua: dificilmente aqueles volumes teriam sido possíveis sem a contribuição decisiva de Rüsen e este, sem dúvida, não teria amadurecido e formulado sua posição sem o debate e o desafio dos colegas, bem como, logo após as primeiras publicações, sem a cordial e atenta expectativa do público³. Detenhamo-nos no volume de Rüsen sobre a história viva. Já o título introduz o leitor num universo radicalmente diferente daquele em que habitualmente se ouve falar de história, no qual o passado (em certo sentido "morto") é determinante. Na abordagem sistêmica contemporânea, a função do presente, por conseguinte dos interesses ativos atuais, é indispensável para a elaboração de qualquer saber reconhecidamente válido. Nesses termos, um saber histórico "a-histórico" seria um paradoxo cuja exigência metodológica careceria de sentido. Assim, "não há saber histórico sem forma; o saber histórico exerce sempre funções na vida cultural do presente, e ambos desempenham um

1. Cf. meus comentários críticos em *Leopoldianum*, 1984 e 1989.

2. Cf. minha análise: "Atualidade e relevância da teoria da história. Um debate contemporâneo", in: *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 1 (1983): 49-58.

3. Outras obras de J. Rüsen de relevância para a questão da teoria e do método da ciência histórica, são: *Begriffe Geschichte* (1969), *Für eine erneuerte Historik* (1976), *Ästhetik und Geschichte* (1976), além de diversos outros artigos em obras coletivas.

papel essencial no trabalho do historiador" (p. 8). Para Rösen, a forma e a função da história são sua vida. Somente na medida em que o resultado (quantas vezes "seco", "árido", "difícil") da competência científica logra assumir forma socialmente convincente e, portanto, exercer função de orientação, tanto para o especialista como para o grande público, ele vive. Sem essa dupla condição, considera Rösen — com razão —, de pouco adiantaria à história ter-se esforçado por obter resultados que ficariam sepultados sob a poeira dos arquivos (p. 9).

Dessa maneira, a conformação do saber obtido pela pesquisa e sua função prática são fatores originários essenciais da matriz disciplinar da ciência histórica, não devendo nem podendo ser negligenciados (p. 10). O livro de Rösen apresenta uma resposta sistemática à dupla questão relativa a esses fatores: (a) a que esquemas organizacionais se submetem esses fatores no processo de obtenção de conhecimento histórico e (b) como se articulam esses esquemas com os princípios de validade argumentativa constitutivos da história como ciência? (p. 10). À elaboração das respostas a essa dupla questão dedica Rösen os dois capítulos de seu livro.

A experiência multissecular do erro, na elaboração do conhecimento científico, acabou por ser reconhecida, como componente sistemático da metodologia da pesquisa, na segunda metade do século XX⁴. Assim, à consideração da ciência como um livro de receitas infalível para a obtenção da verdade sucedeu a concepção do saber científico como uma chance institucional de inovação na relação sujeito-objeto que estipula a partilha de papéis entre pesquisador e pesquisado, especialmente no campo das ciências sociais⁵. Assim, a teoria da história, qual praticada por Rösen, busca determinar as relações entre as exigências metódicas da cientificidade da história com a generalidade do saber histórico abrangente (p. 11). Dessa forma, nada de mais adequado, especialmente em relação com a inserção pragmática da consciência histórica na ação humana (por exemplo, ética e política) do que "a análise reflexiva da teoria da história, que se ocupa com as formas e funções do pensamento histórico, recorrendo aos processos elementares e gerais da atribuição narrativa de sentido através das operações da consciência histórica" (p. 11).

Rösen analisa, por conseguinte, a operação fundamental e fundante da consciência histórica: a narrativa histórica. Essa narrativa é concebida como síntese significativa, estruturada e estruturante das evidências empíricas que são reunidas pela pesquisa, articuladas pela interpretação, sustentadas pela ar-

4. Cf. Berkson, W.; Wettersten, J.: *Learning from error: Karl Popper's Psychology of Learning*. La Salle/ Ill.: Open Court, 1984, entre muitos outros.

5. Cf. minha contribuição: "O problema da objetividade nas ciências sociais", in: *Revista Brasileira de Filosofia*, 34 (1984):147-172.

gumentação e enunciadas pela narrativa, que as insere no contexto mais amplo do presente prático em que se situam autor e interlocutor.

Compreendida dessa forma tal operação basilar, a respectiva teoria da história-ciência reflete o campo da historiografia desde o ponto de vista das condições de possibilidade de instituir e reforçar a potencialidade racional dos destinatários (interlocutores) no manuseio do saber histórico e da experiência histórica (p. 12).

A interação pragmática entre saber e experiência histórica, de uma parte, e a realidade presente do agente racional humano (seja ele o historiador profissional, seja ele o cidadão comum que se depara com a historiografia ou com o uso dela), de outra parte, inclui, nas tarefas da teoria da história, a reflexão sobre a questão do saber se e como a ciência histórica e sua produção se relacionam praticamente com o agir social concreto do historiador. Assim, a história, como ciência especializada, está continuamente em relação íntima com educação, política e arte (p. 13). Decerto toca Rösen aqui justamente um dos círculos concêntricos mais amplos da ação historiográfica profissionalizada: a difusão e o uso do saber histórico no discurso social, sobretudo na definição da ação político-governamental, nas concepções pedagógicas (fundamentais para o processo social de aprendizado dos papéis de identidade que são desempenhados na organização social e política dos homens, entre si e no Estado) e na estilística narrativa (em que se resgata a candente questão literária, relativa à historiografia narrativa, na perspectiva do discurso fundador e instituidor de sentido), cuja função é igualmente importante no processo de convencimento.

O livro apresenta, por conseguinte, uma sólida divisão em duas partes: uma *Tópica*, em que se sistematizam e descrevem as formas da historiografia, com base na realidade metodológica empírica da produção historiográfica moderna (certamente cartesiano-ocidental) e uma *Didática*, em que se sistematizam e descrevem os círculos concêntricos nos quais se difunde o saber histórico na tessitura histórico-social concreta. Não é por acaso que Rösen lança mão de termos gregos clássicos, em que a tradicional inserção da reflexão filosófica na realidade concreta se salvaguarda dentro de uma perspectiva ético-política de excelente tom aristotélico⁶.

A *Tópica* röseniana circunscreve as quatro dimensões qualificadoras da historiografia como produto confiável, tanto para a corporação dos especialistas como para o grande público. A primeira dimensão relaciona a pesquisa histórica e a

6. A expressão "tópica" (do grego *tópos* - lugar) exprime o método para encontrar as fontes lógicas, os "lugares" onde se localizam as razões prováveis de um argumento qualquer. No *Organon* aristotélico são chamados de "Tópicos" os livros lógicos que tratam dos silogismos hipotéticos e verossímeis. G. Vico (cf. *De nostri temporis studiorum ratione* III), como Rösen parcialmente o faz, considera necessário preceder a crítica (à Descartes) de uma *tópica* ("argumentorum inventio"), à maneira de F. Bacon, que via nela um dos modos de "preparar a matéria para a invenção"; com a "tópica" "indica-se e orienta-se a direção que devem seguir as pesquisas" (*De dignitate et augmento scientiarum*, V, 3).

historiografia: por assim dizer o processo produtivo e o produto; a segunda classifica quatro tipos de historiografia consagrados pela pesquisa (tradicional, exemplar, crítico, genético), empregando a expressão "Sinnbildung" (construção, instituição de sentido), ao invés de "Geschichtsschreibung" (historiografia), como fizera anteriormente, em texto precedente relativo à matéria⁷. A terceira dimensão considera a questão metodológica da ciência como forma por excelência do produto historiográfico e a quarta, suas relações com o sentido histórico, único a preencher substantivamente a forma vazia do método.

A didática reflete a vivência concreta, de longa data, da pesquisa e do ensino de história tanto no meio universitário como no universo escolar, nos grupos de trabalho ligados à elaboração de textos didáticos, na concepção de museus históricos, na reflexão sobre história política nos meios de comunicação social, etc. A bibliografia recente de Rüsen apresenta, aliás, frutuosa produção de livros e artigos nesses campos⁸. Essa didática, expressão maior das funções sociais do saber histórico, inclui as dimensões da "formação histórica" (*historische Bildung*) que resulta da "competência narrativa" (*narrative Kompetenz*), feita de elementos constitutivos próprios (evidências objetivas, conteúdos conscienciais, projetos práticos).

Em sua conclusão, Rüsen articula, como resultante, o aspecto pragmático ("o futuro emergente do passado") mediado pela elaboração racional das evidências empíricas a que o sujeito procede em vista de seu agir transformador do presente.

Saber histórico e práxis social

Este terceiro volume de Rüsen deve ser lido com o pano-de-fundo dos dois anteriores, sem o que não se pode compreender o conjunto de sua "Historik". Assim, a Tópica começa com uma definição feliz da relação entre pesquisa histórica e historiografia: a primeira refere-se, por princípio, aos conteúdos experienciais do passado, e a segunda dirige-se a destinatários do presente (p. 17). Em ambos os casos, a ciência histórica apresenta uma indiscutível pretensão de racionalidade (entendida esta como o esteio de princípios que assegurem validade cognitiva). Refletir o modo como a história-ciência desenvolve e fundamenta essa pretensão constitui-se na tarefa específica da teoria da história (*Historik*). A "versão final" do produto historiográfico assume forma estilística e função social próprias. Rüsen debruça-se, destarte, sobre a forma historiográfica como modo "da opera-

7. Cf. "Die vier Typen des historischen Erzählens" in: R. Koselleck et alii (edit.): *Formen der Geschichtsschreibung* (vol. 4 da série "Beiträge zur Theorie der Geschichte"), München: DTV, 1982, p. 514-605.

8. Além do clássico *Manual de Didática da História* (Düsseldorf: Schwann, 1985, 3ª ed.), Rüsen contribuiu decisivamente para a inserção do saber histórico na práxis sociocultural, por exemplo, com as pesquisas que realiza e dirige sobre a história da mulher, sobre a função de museus na construção da consciência histórica, sobre política cultural ou ainda sobre os direitos do homem e do cidadão.

ção intelectual da narrativa historiográfica” e sobre a função social da consciência histórica como processo de constituição significativa dos e para os sujeitos (p. 18).

Lançar um texto de história no mercado, por conseguinte, deixa de ser uma banalidade e torna-se um problema teórico, tão logo se têm presentes os dois princípios que orientam pesquisa e historiografia: o princípio da relação experiencial para aquela e o princípio da relação de destino para esta (p. 19). Vale, contudo, para ambas, o perfil hermenêutico do sujeito-intérprete que enquadra o sujeito-analista e o sujeito-escritor. O resultado a que chega o historiador, pois, está marcado por uma “poiesis” (Hayden White) literária não-ficcional⁹, decisiva para a conciliação indispensável entre a exigência nomológica da ciência e a singularidade dos fatos sociais, em que a imprecisão do mito deve ser conjurada (“moralidade metódica”).

9. Cf. Hayden White: *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1987; *Topics of Discourse. Essays in Cultural Criticism*, *ibid.*, 1978.

Depois dos progressos registrados nos trabalhos contemporâneos de teoria da história, não se incorre mais no equívoco grosseiro das comparações simplistas entre ciências “naturais” e “da cultura”, na tradição neokantiana do início do século. A perspectiva da plausibilidade argumentativa como concepção do método racional de estruturação do discurso analítico (ao menos quanto às ciências que se ocupam de fatos sociais) supera o positivismo primitivo dos primeiros esforços das ciências humanas e sociais, que tanto trabalho deu para “demonstrar” sua cientificidade a partir do “modelo” matemático-experimental.

Assim, tem razão Rüsen ao afirmar que o aporte hermenêutico desempenha papel importante tanto *na* pesquisa como na *apresentação* da pesquisa, na medida em que se trata sempre da “construção do sentido de uma experiência do tempo” (p. 24). A pesquisa é, pois, o processo da construção narrativa de sentido, na qual a relação experiencial existente em todo pensamento histórico se caracteriza de forma tal que a construção de sentido adquire uma determinada *pregnância cognitiva* (p. 24). Já a apresentação historiográfica consiste em um modo de construção narrativa de sentido no qual domina o fator “destinatário”, ou seja, o grau de interesse que pode despertar o pensamento histórico em alguém (já que este é sempre pensado *para* alguém: público em geral ou grupo de especialistas, por exemplo) (p. 25). Aqui prevalece uma espécie de *pregnância comunicativa*.

Parece-me que Rüsen focaliza aqui um ponto freqüentemente negligenciado nos últimos decênios. Com efeito, a maior parte dos historiadores dava-se por satisfeita com uma sorte de autocomplacência metodológica, ao considerar sua eventual obra

como completa e terminada pelo fato de terem sido respeitadas regras processuais de pesquisa e redação conhecidas, no máximo dos iniciados da corporação. A intenção da obra historiográfica de alcançar círculos de destinatários mais amplos que a mera satisfação interna à profissão é, no entanto, patente. A própria expectativa de um autor, de ter proposto (se não “descoberto”) a verdade acerca dos *fatos* que aborda em seu texto carrega em si a exigência de um alcance maior. Dessa forma, Rüsen também vê-se levado a destacar a questão da “vida do discurso historiográfico” para além de sua estática metódica. Essa vida surge no papel (na função) desempenhado pelo discurso dentro do processo de orientação prática da vida social, na maneira pela qual se tematiza e “domestica” (pela linguagem) a relação experiencial ao passado, bem como as múltiplas relações ao passado dos homens. Assim é perfeitamente plausível a exigência de que “a historiografia deva apresentar o tempo interpretado pela pesquisa de tal modo que ele se torne elemento daquela vida cuja orientação temporal efetiva surge com ele (nas intenções orientadoras do agir de seus sujeitos)” (p. 26).

Rüsen considera esta vida do discurso historiográfico dotada de dois componentes: um estético e outro retórico. O estético exprime o nível pré-cognitivo de “cumplicidade” entre autor e interlocutor, que cria condição prévia de possibilidade de uma comunicação. Um dos traços marcantes dessa cumplicidade no bom sentido é o fato de que o discurso historiográfico (pouco importando o assunto específico que é tratado) sempre busca estabelecer uma relação imediata de interesse entre seu conteúdo e uma relevância vital para o interlocutor presumido. Para que essa estrutura fundamental de parentesco estético possa ser valorizada, o discurso carece de organização retórica. Essa organização é uma linguagem que transporte autor e texto para o universo lingüístico em que vivem os interlocutores: “topos históricos” é a expressão exata para designar os tipos de discurso ou de linguagem que reúnem historiador e interlocutor, nos quais o agir e a constituição da identidade são orientados temporalmente (p. 31). A teoria da história detém-se, por conseguinte, em examinar a relação de influência mútua entre realidade vital e historiografia. A pesquisa não exclui, mas inclui o fundamento vital do pensamento histórico, a inquietude da experiência temporal que engendra as questões históricas (p. 35). Rüsen descreve e analisa, com clareza (malgrado um vocabulário que pode parecer hermético a quem não está acostumado com a linguagem filosófica da epistemologia das ciências sociais), o quão mutuamente dependentes são a história e a história. Repetição? Paradoxo? Não. Trata-se de uma remissão à inespecificidade de expressões que, na língua portuguesa,

designam, de uma parte, a ciência histórica e, de outra, o fluxo temporal da experiência do agente racional humano (igualmente dita "história") o qual, tecnicamente, é o objeto da primeira. O texto historiográfico transpõe, pois, a racionalidade da relação experiencial e da análise teórica que o pensamento histórico obtém através da pesquisa para a razão, prática, alcançada na relação estética do sujeito e na relação prática da retórica (p. 38).

Para explicitar os componentes mais comuns da historiografia, na segunda parte do primeiro capítulo, Rüsen recapitula, em frase densa e adequada, sua definição: "A historiografia pode ser caracterizada como o processo da constituição narrativa de sentido pelo qual o saber histórico é inscrito nos processos comunicativos da práxis vital humana, na qual agir humano e autocompreensão de seus sujeitos orientam-se por representações de processos temporais significativos" (p. 39).

A orientação prática dos agentes racionais humanos, para cuja efetivação o trabalho historiográfico contribui com a instituição e a dominação da experiência do tempo, baseia-se em determinados pontos de vista: (a) elaboração da experiência temporal, por (b) meio da rememoração do passado, numa (c) representação processual do tempo, de modo a exercer uma (d) função constitutiva de identidade. Esses pontos de vista se traduzem em princípios organizacionais da historiografia, cuja aplicação metódica permite uma tipologia do trabalho histórico.

O primeiro princípio a ser mencionado é o da (I) *afirmação*, pela qual se estabelece a presença imediata do passado, através da *tradição*. "Afirmção, como condição necessária da orientação histórica constitui o topos da narrativa tradicional" (p. 41).

Quando a mera afirmação tradicional não basta para assegurar a função de orientação prática, na medida em que o presente traga circunstâncias que o diferenciem do passado afirmado, necessita-se de um critério que salvaguarde os elementos que se quer permanentes, mantendo um espaço da adaptação possível. Esse critério se exprime pela (II) *regularidade*, através do princípio da *exemplaridade*. Se a "regra" preserva componentes indispensáveis, a apresentação de tipo exemplar oferece a possibilidade de o agente trabalhar sua própria experiência sem entrar em conflito com aquela.

A experiência concreta dos homens pode levá-los, contudo, a contrapor, de maneira crescente, a experiência concreta do presente (e suas representações do futuro) com a elaboração do tempo passado, de modo que tanto tradição como exemplo percam sua força orientadora. O agente carece, então, de um crité-

rio de (III) *negação* ou *delimitação*, pelo qual desenvolve a narrativa histórica *crítica*.

A repetida experiência temporal da mudança acarreta, todavia, na reflexão do agente, a preocupação existencial de compatibilizar sua busca de identidade com o fluxo transformado do tempo. Assim, o critério (evolutivo) da (IV) *transformação* continua se erige em princípio integrador da narrativa histórica de tipo *genético*.

Não resta dúvida, no entanto, que as quatro formas de narrativa historiográfica (tradicional, exemplar, crítica e genética) não são auto-excludentes, e que encontram-se formas mistas com frequência cada vez maior. Não apenas com respeito à matéria elaborada e expressa na narrativa histórica pode-se falar de uma *tensão dialética* (entre realidade paralisada do discurso e sua contínua transformação), mas também relativamente à dosagem de cada um desses princípios num mesmo texto ou em textos sobre um mesmo tema. A imbricação de critérios e sua interdependência fica extremamente clara se visualizarmos o quadro sinótico elaborado por Rüsen (p. 56)¹⁰.

10. Ver o quadro sinótico no final do artigo.

Rüsen destaca, corretamente, que a ciência é o *modo princeps* de informação da historiografia moderna, além de distribuir-se nos quatro tipos elencados e em suas formas compostas, pratica o controle metodológico indispensável à estruturação do pensamento científico, mediante a metacrítica das condições de possibilidade de cada tipo (crítica da tradição, crítica da supratemporalidade exemplar, crítica da crítica dissolutora dos referenciais, crítica do simplismo evolucionista). Assim, a "historiografia obtém a marca da cientificidade quando narra, juntamente com a narrativa de uma história, o procedimento científico que foi empregado para elaborá-la, e de tal modo que (esse procedimento) seja parte integrante da própria história narrada" (p. 69).

Embora Rüsen (quicá por prudência diante da reação dos colegas de corporação) mantenha-se reservado quanto à instituição de sentido pelo historiador (p. 71), considerando que este recorria exclusivamente ao sentido instituído pelos agentes racionais humanos do passado sobre o qual o profissional se debruça, conviria recordar que a elaboração (pesquisa e apresentação) historiográfica é, por sua vez também, *ação* e, como tal, na mesma acepção utilizada por Rüsen, igualmente instituidora de sentido. O sentido instituído por este modo específico de agir, com a qualificação de competência que a racionalidade científica define, é, no mínimo, co-instituidor do sentido que se supõe ser o da(s) ação (ações) passada(s) do(s) agente(s) estudado(s), ou

que se lhes atribui. Não resta dúvida de que o preceito metódico da objetividade (plausibilidade intersubjetiva por via argumentativa) preserva a regra maior da busca do sentido que o(s) agente(s) porventura tenha(m) querido emprestar ao seu agir. Tal critério geral, contudo, contra cuja frieza Rüsen recorre à estetização (p. 63), já foi objeto de outros de seus trabalhos¹¹.

11. Cf. nota 3.

Esboçado o campo de relacionamento entre a historiografia e o “resto do mundo”, Rüsen passa a tratar das funções socioculturais do saber histórico, sob o título de Didática. Essa expressão vai, todavia, muito além de seu sentido corriqueiro de técnica escolar de ensino. Já na ampla definição do campo de interesse da didática, apresentada no *Manual de Didática de História*, obra coletiva organizada por Rüsen, o significado de *aprender (lernen)*, ora empregado exprime “uma forma elementar de vida, um modo fundamental da cultura, que caracteriza a ciência, que é realizado por ela e que a influencia de forma particularmente marcante” (p. 78), e que, tanto para o mundo de língua alemã como para Joaquim Nabuco, por exemplo, se resume no conceito de *formação (Bildung)*.

Formação abrange, a longo prazo, um processo de socialização e de individuação, no qual se constitui a identidade. Toda questão está no fato de reconstituir o papel da ciência e de sua influência nesse processo. O aprendizado da história, a tomada de consciência histórica e a transformação do saber histórico são temas específicos da didática, no entendimento de Rüsen (p. 81). Ora, o sujeito que tenha adquirido (por competência própria ou por assimilação de competência alheia, na dinâmica da confiança racional nos métodos científicos e na perícia técnica, tão comum contemporaneamente, e não apenas no caso da medicina ou da pilotagem de aviões, por exemplo) consciência histórica (fundamentada argumentativa, discursivamente) dispõe de elevado grau de possibilidade de orientação pessoal e social no seu agir (p. 85). Para que esse agir seja promissor, não basta a “erudição” (posse de conteúdos cognitivos), mas é também necessária a capacidade de operar com os princípios cognitivos, com as formas de saber que determinam o uso de conhecimentos em questões práticas de orientação. Assim, a formação inclui não apenas a aquisição de conteúdos, mas também (e, para Rüsen, quase que principalmente) a obtenção da maestria racional no emprego dos recursos de pensamento que tornam possível a história (como saber e agir). Somente destarte parece possível ao autor a articulação eficaz e produtiva das três operações determinantes do processo de produção do saber histórico: experiência, interpretação e orientação (p. 99).

Desde sua perspectiva integral, Rüsen propõe uma expressão globalizante para apreender a complementaridade dessas três operações: *Geschichtskultur*, que podemos traduzir pela expressão portuguesa “cultura histórica”. Como já destacado, não se trata de mera erudição, mas da articulação sistemática do aspecto cognitivo praticado pela ciência com os aspectos político e estético do mesmo trabalho (p. 110), sem que se dê a (infelizmente) freqüente instrumentalização de um pelo outro (p. 113).

Em sua conclusão, Rüsen demonstra — com rigor invejável — o quanto a consciência histórica contribui, simultaneamente, para a construção de utopias, para a descoberta da alteridade (que faz tal agente dar-se conta de que tal outro igualmente elabora sua utopia) e para a expectativa de um tempo pleno, em que o projeto individual e coletivo esteja integralmente realizado (“kairós”). Assim, a expectativa do futuro é componente ativo da ação presente do sujeito, inclusive quando este, na constituição da (sua) consciência histórica, tematiza o passado, cientificamente, na história. Há aqui algo de ideal típico a orientar a perspectiva rüseniana, que recorda a dinâmica da idéia regulativa de Kant e que não é estranha às utopias messiânicas das filosofias clássicas da história. No entanto, com a exatidão metodológica que Rüsen mantém (nem pode deixar de manter) e tendo em vista a autonomia racional da ciência histórica, já não cabe mais o “especulativo” das metafísicas da história à Collingwood ou à Croce, nem se pode admitir o simplismo de um neopositivismo tardio, igenuamente confiante em “fontes”.

Na perspectiva analítica de uma teoria da história que se baseia no resultado empírico do trabalho científico e na perspectiva dialética de uma ciência histórica que só adquire seu sentido pleno na articulação com o meio espaço-temporal em que produz e em que se produz, a obra de Jörn Rüsen apresenta duas vantagens: a de levar em conta todos os aspectos relevantes e a de resgatar o aspecto da dependência social do produto historiográfico (esquecido durante longa fase da historiografia do pós-guerra e lentamente reconstituído, em particular na história social dos últimos quinze a vinte anos¹²). Uma dimensão importante dessa dependência está na repercussão política e ética da consciência histórica, na medida em que o agente racional humano toma parte ativa no processo de constituição dessa e de si, como indivíduo e como grupo. Pode-se, aliás, constatar um crescimento de monta do volume de trabalhos de áreas afins (politologia, sociologia, antropologia, economia, direito) que mais e mais se dedicam à perspectiva histórica de seus problemas. Em certas áreas-limite (religião, psicologia social, psiquiatria, assistência social, etc.) a “história clínica”, a reconstituição do

12. A esse respeito, cf. a cáustica análise de H. Couteau-Bégarie (*L'Ecole des annales, Histoire, développement et influence*. Paris, 1979; 1989: 2ª ed. com título alterado) dos resultados da “Ecole des Annales”, particularmente influente na historiografia brasileira, desde o ponto de vista da consistência teórica.

TIPO	REMEMORAÇÃO DE	CONTINUIDADE COMO	COMUNICAÇÃO ATRAVÉS	IDENTIDADE PELA	SENTIDO
constituição tradicional de sentido	origens das ordens do mundo e das formas de vida	permanência na mudança	do assentimento	adoção de ordens do mundo previamente dadas ("reprodução")	o tempo é eternizado como sentido
constituição exemplar de sentido	casos que demonstram regras gerais do agir	validade supratemporal de regras do agir, abrangendo formas de vida temporalmente diversas	da argumentação judicativa	capacidade de elaborar regras em situações concretas ("sagacidade")	o tempo é atualizado como sentido
constituição crítica de sentido	eventos que questionam orientações históricas correntes	ruptura das representações habituais do processo temporal	da tomada consciente de posição contra situações sociais herdadas ou impostas	recusa de formas de vida predeterminadas ("especificidade")	o tempo é julgável como sentido
constituição genética de sentido	mudanças que reelaboram formas de vida diferentes ou estranhas em formas próprias	desenvolvimento, no qual modificam-se formas de vida, de maneira a manter-se de modo dinâmico	da relação discursiva entre pontos de vista e perspectivas divergentes	individualização ("formação")	o tempo é temporalizado como sentido

“leito” em que correm os fenômenos que desempenham papel relevante no processo social de (auto) determinação, torna-se indispensável.

Parece-me difícil superar, de forma unívoca, o risco de ter-se sempre *histórias*. A expectativa otimizante de descobrir-se a *história*, como se se pudesse estabelecer sem sombra de dúvida o fluxo processual único da humanidade, apresenta-se como uma tarefa vã. Rösen admitiria a possibilidade de uma singularização da história (o que equivaleria à sua universalização) ao preço de um grau de abstração a tal ponto elevado que, em seu próprio sistema, perder-se-iam as funções de orientação que lhe são tão caras e tão decisivas. Não se pode excluir, *a priori*, no entanto, representações globalizantes que orientem as intenções de agir e as mundivisões dos agentes. Decerto elas integram também a consciência histórica, mas compete à ciência (no caso, à filosofia) estabelecer sua tópica própria e atribuir-lhe o lugar sistemático (mental) no arcabouço teórico que pré-orienta a situação do sujeito nas circunstâncias.

A história adquire, também, sob a forma de consciência experiencial e interpretada do tempo, a função social e política de esclarecer (na acepção do Iluminismo) tanto o passado como o presente, à luz das razões argumentativas e discursivas que caracterizam o programa — em contínuo transformar-se — da modernidade. Autores como J. Rösen, J. Kocka ou K. E. Jaisman, no campo dos historiadores, como J. Habermas, H. Lübke, P. Glotz ou M. R. Lepsius, no campo da filosofia política, como F. Weffort, M. Chauí, R. Cardoso de Oliveira, Fernando Henrique Cardoso, R. Stavenhagen, L. Castro Leira ou S. P. Rouanet, no campo das ciências sociais latino-americanas, por exemplo, testemunham da chance da racionalidade no projeto coletivo de autodeterminação esclarecida da realidade social histórica¹³.

No limiar do século XXI, mas especialmente nos espaços ditos marginais do processo histórico do mundo ocidental, em que as fronteiras tradicionais do jogo político e econômico começam a diluir-se diante da insustentabilidade dos extremismos e dos dogmatismos, na atmosfera de consagração da dignidade da pessoa humana, como indivíduo e como coletividade, que aureola o impulso recebido pela Assembléia Nacional Constituinte de 1987/88, a análise da potencialidade da razão histórica, tal como Rösen a propõe, adquire toda sua força e sua transparência. Não apenas recomenda-se a leitura, mas mui particularmente a prática investigadora e orientadora que o autor descreve e fundamenta.

Endereço do autor:
Caixa Postal 15-2813
70919 — Brasília — DF

13. Um dos pensadores latino-americanos mais representativos dessa direção é Leopoldo Zea. De suas obras, destaque-se: *América como conciencia* (México, 1953), *América Latina en sus ideas* (México, 1980), *Discurso de la marginación y de la barbárie* (Barcelona, 1988), *Filosofia de lo americano* (Mé-